

Câmara Municipal de Mococa PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO

Número Data

Rubrica

1058

07/04/2025

Boni

DESPACHO

ENCAMINHE-SE A QUEM DE DIREITO

CLAYTON DIVINO BICH

Presidente

INDICAÇÃO Nº 71 /2025.

EMENTA

Indica ao Poder Executivo expedição de Decreto dispondo sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e de Infraestrutura — FMSAI, instituído pela Lei Municipal nº 5.316, de 3 de setembro de 2024. (Minuta anexa)

EXMO. SR. PRESIDENTE,

INDICO à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, no sentido de ser oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Eduardo Ribeiro Barison, para que Sua Excelência expeça Decreto dispondo sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e de Infraestrutura – FMSAI, instituído pela Lei Municipal nº 5.316, de 3 de setembro de 2024.

O Fundo representa um importante instrumento para o financiamento de ações estratégicas nas áreas de saneamento básico, ambiental e de infraestrutura local. O seu objetivo primordial é prover suporte financeiro para um conjunto diversificado de iniciativas de relevante interesse público.

Contudo, a mera instituição legal do Fundo não garante sua plena operacionalidade. Para que o FMSAI cumpra seus objetivos de forma eficaz e transparente, torna-se indispensável a sua regulamentação por meio de um Decreto expedido pelo Poder Executivo. Tal ato normativo é essencial para estabelecer diretrizes claras sobre aspectos operacionais e de gestão, incluindo a definição da sua vinculação administrativa dentro da estrutura municipal, a especificação das fontes de receita, as regras para a aplicação dos recursos em conformidade com as prioridades legais, a composição e as atribuições do Conselho Gestor responsável pela sua administração e fiscalização, e, fundamentalmente, os mecanismos que assegurem o controle e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Neste contexto, a existência de uma minuta de Decreto já elaborada, que detalha os procedimentos e normas para o funcionamento do FMSAI – alinhada aos preceitos da Lei nº 5.316/2024 e às boas práticas de administração pública – constitui uma base sólida para a necessária regulamentação. A formalização desta regulamentação, mediante a expedição e publicação do Decreto correspondente, é, portanto, uma medida urgente e necessária.

Sendo assim, apresento a propositura e aguardo seu acolhimento pelo Poder

Executivo Municipal.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 7 de abril de 2025.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA

Bob - Vereador / PSD

MINUTA DE DECRETO n.º , de de de	le 202:	
----------------------------------	---------	--

"Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e de Infraestrutura – FMSAI, instituído pela Lei Municipal nº 5.316, de 3 de setembro de 2024."

EDUARDO RIBEIRO BARISON, Prefeito do Município de Mococa, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

- **Art. 1º.** O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura FMSAI, instituído pela Lei Municipal nº 5.316, de 3 de setembro de 2024, destinado a apoiar e suportar ações de saneamento básico e ambiental e de infraestrutura no Município, fica vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- **Art. 2º.** Sem prejuízo das ações de saneamento básico e ambiental de responsabilidade da SABESP, os recursos do FMSAI deverão ser aplicados no custeio de obras e serviços relativos a:
 - intervenções em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
 - II. limpeza, despoluição e canalização de córregos;
 - III. abertura ou melhoria do viário principal e secundário, vielas, escadarias e congêneres, em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
 - IV. provisão habitacional para atendimento de famílias em áreas de influência ou ocupadas

- predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- V. implantação de parques e de outras unidades de conservação necessárias à proteção das condições naturais e de produção de água no Município, de reservatórios para o amortecimento de picos de cheias, de áreas de esporte, de obras de paisagismo e de áreas de lazer;
- VI. drenagem, contenção de encostas e eliminação de riscos de deslizamentos;
- VII. desapropriação de áreas para implantação das ações de responsabilidade do FMSAI.

Parágrafo Único. Os recursos do FMSAI são vinculados exclusivamente ao atendimento das finalidades estabelecidas no caput e aos compromissos previstos no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

- **Art. 3º.** O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura é constituído de recursos provenientes de:
 - repasses de recursos previstos no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;
 - II. dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;
 - III. créditos adicionais a ele destinados;
 - IV. rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
 - V. outras receitas eventuais.
- § 1º. O FMSAI será inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ da Receita Federal do Brasil, sob a natureza jurídica de fundo público da administração municipal.
- § 2º. Os recursos do FMSAI serão depositados em conta corrente específica, a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, devendo permanecer aplicados em instrumentos de renda fixa referenciados ao CDI até seu efetivo desembolso.

- § 3°. O FMSAI terá contabilidade própria e deverá manter registro de todos os atos administrativos a ele pertinentes, nos termos da legislação aplicável.
- §4°. O saldo financeiro do Fundo será transferido para o exercício seguinte.
- Art. 4°. Fica instituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, composto pelos seguintes membros:
 - Secretário Municipal de Habitação;
 - II. Secretário Municipal do Meio Ambiente;
 - III. Secretário Municipal de Governo;
 - Secretário Municipal de Engenharia e Infraestrutura Urbana;
 - V. Secretário Municipal de Planejamento;
 - VI. Secretário Municipal de Finanças;
 - VII. 1 (um) representante da sociedade civil, que seja membro do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, indicado pelo próprio Conselho;
 - VIII. 1 (um) representante da sociedade civil, que seja membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, indicado pelo próprio Conselho.
- § 1º. O Secretário Municipal de Habitação será o Presidente do Conselho Gestor, cabendo a Vice-Presidência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- § 2º. Os representantes da sociedade civil deverão ser indicados pelos respectivos órgãos ou entidades ao Presidente do Conselho Gestor para um mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.
- § 3°. A participação no Conselho não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante interesse público.
- § 4°. As decisões do Conselho serão tomadas com aprovação da maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for o caso.
- § 5°. O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.
- § 6°. O funcionamento das reuniões do Conselho será disciplinado pelo Regimento Interno, a ser aprovado por seus membros.
- Art. 5°. Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura:

- 1. aprovar seu Regimento Interno, que disciplinará as reuniões do colegiado;
- estabelecer normas, procedimentos e mecanismos de acompanhamento, gestão, fiscalização e controle do FMSAI;
- III. decidir sobre a aplicação dos recursos do FMSAI, com observância das diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento e no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP;
- IV. dirimir eventuais dúvidas quanto à aplicação das diretrizes e normas relativas ao FMSAI nas matérias de sua competência;
- V. dar total transparência a suas manifestações e deliberações, bem como sobre a origem e o destino dos recursos do FMSAI, em especial quanto aos contratos que vierem a ser celebrados e aos procedimentos licitatórios realizados, às pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias dos pagamentos, e às obras e/ou serviços contratados;
- VI. liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do FMSAI;
- VII. aprovar anualmente as contas do FMSAI, remetendo tais informações aos órgãos de controle e à ARSESP.

Parágrafo único. Deverão ser publicados na imprensa oficial do município e na página da Prefeitura na Internet todos os atos administrativos, manifestações e deliberações do Conselho Gestor e demais informações relevantes do FMSAI estabelecidas no caput.

- Art. 6°. Caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente executar as atividades operacionais, de assessoria, de coordenação e de secretaria do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura e do Conselho Gestor, bem como:
 - 1. executar as funções de apoio técnico, administrativo e de contabilidade;
 - manter registro, publicar e disponibilizar todas as informações pertinentes ao FMSAI, nos termos estabelecidos no Artigo 5°.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mococa, 7 de abril de 2025.

EDUARDO RIBEIRO BARISON

Prefeito Municipal